



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BRUNA RAIRLA SILVA REIS

***“LAS LOCAS SEGUIMOS DE PIE”*: Madres de la Plaza de Mayo, memória e justiça
(1976-1986)**

JACOBINA-BA, 2024



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BRUNA RAIRLA SILVA REIS

***“LAS LOCAS SEGUIMOS DE PIE”*: Madres de la Plaza de Mayo, memória e justiça
(1976-1986)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Ciências Humanas – campus IV como parte dos requisitos para o grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joelma Ferreira dos Santos

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Joelma Ferreira dos Santos

Universidade do Estado da Bahia – Campus IV (Orientadora)

Dra. Polliana Moreno dos Santos

Universidade do Estado da Bahia – Campus IV

Ma. Maria Sandra da Gama

Universidade do Estado da Bahia – Campus IV

JACOBINA – BA, 2024



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 20 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte quatro, às 14 horas, no Auditório do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, situado à rua J.J. Seabra, cento e cinquenta e oito, nesta cidade de Jacobina, reuniram-se as Docentes Dra. Joelma Ferreira dos Santos - orientadora (UNEB), Ma. Sandra Maria da Gama - examinadora (UNEB) e Dra. Polliana Moreno dos Santos - examinadora (UNEB), para compor a Banca de Defesa Pública da discente **Bruna Rairla Silva Reis**, tendo como título da Monografia "Las locas seguimos de pie': Madres de la Plaza de Mayo, memória e justiça (1976-1986)".

Após a apresentação e as observações das integrantes da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado Aprovado, com nota 9,5 (nove e meio). Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 15:20 (quinze horas e vinte minutos), e eu, Joelma Ferreira dos Santos (Professora Orientadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelas demais docentes da Banca Examinadora.

Observações: a banca sugere revisões pontuais no texto, em consonância com a orientadora, e recomenda a apresentação do trabalho em eventos acadêmicas, bem como a continuação da pesquisa em nível de pós-graduação.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Joelma Ferreira dos Santos - orientadora (UNEB)

Profa. Ma. Sandra Maria da Gama - examinadora (UNEB);

Profa. Dra. Polliana Moreno dos Santos - examinadora (UNEB)



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Ferreira dos Santos, Professor**, em 20/12/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Polliana Moreno dos Santos, Professor**, em 21/12/2024, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00105319936** e o código CRC **7ABE0D86**.

Referência: Processo nº 074.7884.2024.0091024-50

SEI nº 00105319936

Agradecimentos

Este foi um trabalho individual, mas, de certa forma, a caminhada foi coletiva. Gostaria de agradecer pelos momentos – sejam eles de risada ou estresse –, todos os “puxões de orelha” dados e recebidos, todas as conversas e amizades proporcionadas, que, com certeza, fazem com que este ciclo chegue ao fim de uma maneira mais leve.

À minha família, principalmente minha mãe, Carla, por todo o apoio, cuidado, dedicação e amor.

Aos amigos – que estão distantes fisicamente – por toda a parceria que nos une.

Aos colegas e amigos feitos na UNEB, em especial Fernanda e Arthur por termos passado por muitos processos juntos.

À minha orientadora, Joelma Ferreira, expresso gratidão e reconhecimento por toda a orientação e amparo.

À banca, Prof. Dra. Polliana Moreno dos Santos e Prof. Ma. Maria Sandra da Gama, pela avaliação do trabalho e pelas importantes sugestões para um melhor desenvolvimento acadêmico.

Por fim, aos professores que passaram pela minha trajetória e contribuíram com diversos ensinamentos, sejam eles para a vida profissional ou pessoal.

“Las locas seguimos de pie”: Madres de la Plaza de Mayo, memória e justiça (1976-1986)

Bruna Rairla Silva Reis

Resumo

A Argentina enfrentou várias tensões políticas e sociais ao longo de sua história, principalmente a Ditadura Militar de 1976-1983, que se destaca como uma das mais violentas da América Latina. Durante esse período muitas foram as formas de repressão, caracterizadas pelos centros de detenção, voos da morte, desaparecimento e assassinato de pessoas. As *Madres de la Plaza de Mayo* aparecem neste cenário reivindicando verdade, memória e justiça, englobando e se tornando símbolo em assuntos como direitos humanos e busca por pessoas desaparecidas. Por meio de testemunhos audiovisuais, é possível perceber as experiências individuais e coletivas dessas mulheres, quais as dificuldades enfrentadas e estratégias traçadas durante e após a ditadura. O presente artigo aborda algumas das contribuições do grupo *Madres de la Plaza de Mayo* para a memória e justiça social argentina, identificando o grupo, descrevendo as suas estratégias e reconhecendo o seu legado tanto para a Argentina como para outros países latino-americanos que passaram por períodos de ditadura.

Palavras-chave: Ditadura militar argentina, gênero, memória, justiça, movimentos sociais

Abstract

Argentina faced various political and social tensions throughout its history, particularly during the Military Dictatorship from 1976 to 1983, which stands out as one of the most violent regimes in Latin America. During this period, many forms of repression were employed, including detention centers, death flights, disappearances, and assassinations. The *Madres de la Plaza de Mayo* emerged within this context, demanding truth, memory, and justice, becoming a symbol of human rights and the search for the disappeared. Through audiovisual testimonies, it is possible to perceive individual and collective experiences of these women, as well as the difficulties and strategies they faced in the fight for justice. This study aims to analyze the contributions of the *Madres de la Plaza de Mayo* to Argentina's memory and social justice, identifying the group, discussing its strategies, and recognizing its legacy as a model for other struggles against dictatorships.

Keywords: Argentinian military dictatorship, memory, justice, social movements

Introdução

Recordar es rehacer, reconstruir las experiencias del pasado con las ideas compartidas del presente. (Núncia Santoro de Constantino)

A Argentina, ao longo da sua história, enfrentou várias tensões políticas e sociais, principalmente ditaduras. A última delas – instaurada em março de 1976 e finalizada em 1983 – destaca-se como uma das mais violentas da América Latina. Durante esse período, as principais formas de repressão se configuraram no conceito de Doutrina de Segurança Nacional¹. Na Argentina, especificamente, as maiores armas para se chegar a essa ordem nacional foram os centros de detenção, voos da morte, sequestro, desaparecimento e assassinato de pessoas, em sua maioria jovens que estavam envolvidos em algum movimento social e político/militante.

A partir desse entendimento, o governo argentino tratou a oposição como um grupo composto por “marginais” e “delinquentes”. As primeiras denúncias de violência e de centros clandestinos de detenção aconteceram em 1975² e o uso do aparato repressivo não contava com uma coordenação central (QUADRAT, 2002). Dessa forma, o corpo desaparecido se tornou um ponto central desta ditadura, já que “se não havia corpos, não havia crime”³ e este estaria menos ainda vinculado ao Estado.

A busca por respostas das mães e familiares de desaparecidos políticos em várias instâncias não gerou muitas respostas e aos 30 dias do mês de abril de 1977, pouco mais de um ano depois da instauração do governo militar, houve a primeira reunião de mulheres à procura de seus filhos, o que posteriormente se tornaria um rito às quintas-feiras na Praça de Maio⁴, situada em frente à sede do Governo Argentino. A progressão do movimento das *Madres de la Plaza de Mayo* e a sua visibilidade internacional trouxeram tanto novos desafios quanto a valorização para a memória e o alcance da justiça.

¹ Enrique Serra Padrós define a Doutrina de Segurança Nacional como a ideia da necessidade de um “novo profissionalismo” das Forças Armadas, focando na preservação da segurança interna frente a uma “ameaça subversiva”. Como consequência da implantação desse sistema, havia uma subordinação do poder civil como uma forma de desenvolvimento e construção de ordem nacional. (PADRÓS, 2012, p. 498)

² Bauer afirma que houve cerca de 600 desaparecimentos antes da instauração do golpe em 24 de março de 1976. (BAUER, 2014, p. 50)

³ Samantha Viz Quadrat afirma que do ponto de vista legal, se não há corpo não há crime, isso pode ser considerado como uma das estratégias do Governo para dizer aos familiares que seus filhos não estavam presos e para fazer com que o restante da população não se comovesse ao ponto de isso ter uma visibilidade que trouxesse investigações maiores (QUADRAT, 2002, p. 114).

⁴ Cenário de diversos outros momentos históricos como a Revolução de 25 de maio de 1810.

Seis meses depois, o movimento também passou a procurar netos de filhas que estavam grávidas durante o momento do sequestro, pois a maioria dos bebês, quando nasciam, eram doados para famílias, geralmente militares, que fossem consideradas “boas” e estivessem distantes dos “atos subversivos”, criando também o *Abuelas de la Plaza de Mayo*⁵ - grupo formado por mulheres que eram mães e avós.

Martins (2019) afirma que a experiência vivida é inerente a qualquer pessoa. Para a historiografia o que importa é o resultado da reflexão do acontecido, como esta é conduzida e inserida no discurso histórico. Para isso, é preciso reconhecer e interpretar a memória como uma “chave” para a reflexão (MARTINS, 2019). A memória do período ditatorial na América Latina e as suas cicatrizes são bastante recentes, e por muito tempo sofreram tentativas de apagamento, o que reflete como a sociedade atual foi construída, quais as ideologias e acontecimentos a moldam. É, portanto, uma temática de suma importância no quesito de construção de uma memória histórica e na reflexão do conceito de democracia.

Queiroz afirma que “no terreno da história do militarismo dos anos 1960 e 1970, na América Latina, todos os episódios são parecidos entre si, e todos são infelizes, cada um à sua maneira”. Com essa afirmação é possível perceber que as muitas ditaduras do Cone Sul foram impiedosas, cada uma com a sua especificidade, porém a Ditadura Argentina se destaca por seu número de desaparecidos (cerca de 30.000 pessoas) e mortos. Muito já se foi comentado sobre aspectos da Ditadura Argentina e da importância que as *Madres* têm na luta por direitos humanos, o cenário em que estas estiveram, a influência para com outros movimentos sociais, etc. Antes mesmo do golpe de 1976, já havia instabilidade política no governo argentino, causando uma insatisfação com o peronismo e dando mais força à ideia de devolução de ordem e anticomunismo, que só poderia ser feita com uma intervenção militar (RIBEIRO, 2021). O governo aderiu a isto e, desde antes da data oficial, já haviam atos que traziam as várias formas de aparatos repressivos. O pós-Guerra Fria fez com que houvesse o pensamento de que todo o mundo estava dividido em duas ideologias, e, a partir disso, qualquer ação era legitimada se fosse encontrado algum indício de “ameaça comunista” (SOUZA, 2011).

A Ditadura Argentina (1976-1983) tratou toda a oposição como ameaça de ordem ao país. As primeiras denúncias de violência e de centros clandestinos de detenção aconteceram

⁵ As *Abuelas de la Plaza de Mayo* são uma organização que busca restituir a identidade de bebês (netos/as) que foram apropriados durante a última ditadura militar na Argentina. No site das *Abuelas* (Abuelas.org), há a explicação de que tudo começou quando uma *madre* que também era avó perguntou se mais alguém estava procurando por netos ou se sua filha estava grávida no momento do sequestro; a partir disso, doze mulheres se organizaram e no sábado 22 de outubro de 1977 se reuniram, formando um grupo distinto, pela primeira vez na luta de encontrar estes netos perdidos.

em 1975 (QUADRAT, 2002). A busca por respostas por parte das mães e familiares em várias instâncias não gerou muitas resoluções e em abril de 1977 houve a primeira reunião de mães à procura de seus filhos desaparecidos na Praça de Maio. A progressão do grupo e de sua visibilidade internacional trouxeram novos desafios para a solução dos problemas da ditadura e a procura por justiça.

Alguns aspectos já pesquisados sobre a Ditadura Argentina são econômicos, sociais, políticos, sua origem, as formas de repressão etc. Outras temáticas analisadas foram a violência de gênero e sexual como Mariana Joffily no artigo “Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber?”, as diferenças e equivalências entre as ditaduras latino-americanas, em especial a comparação e análise das ditaduras argentina e brasileira, a importância do cenário em que o movimento das *madres* estava inserido, análises do perfil do grupo, comparações com outros movimentos de mulheres como “Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina)” e o “Movimento Feminino pela Anistia (Brasil)” de Adriana das Graças de Paula) e a maternidade como um elemento crucial tanto para a criação de objetivos do grupo quanto para a luta pacífica como é o exemplo de “*Motherhood for Peace: The Mothers of the Plaza de Mayo*” de Leslie Therriault.

As *Madres de la Plaza de Mayo* aparecem como um símbolo de luta e resistência. A pesquisa tem como base os testemunhos de integrantes do movimento, os quais estão disponíveis na Biblioteca Nacional Mariano Moreno. É possível perceber que estas mães estiveram de forma constante na busca por desaparecidos e tiveram uma importância incontestável ao trazer esses assuntos à tona, na preservação e reparação da memória, na busca por verdade, etc. Dessa forma, é bastante curioso o papel destas mulheres na preservação de memória, na busca por verdade e justiça e no impacto proporcionado na consciência histórica argentina a partir da sua narrativa desenvolvida num período de silenciamento político.

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas contribuições do grupo *Madres de la Plaza de Mayo* para a memória coletiva e justiça social na Argentina durante e após a Ditadura Militar argentina (1976-1986) a partir da busca por seus filhos desaparecidos. Descreve, por conseguinte, as estratégias utilizadas por essas *madres* na procura por verdade e justiça a partir do exame dos relatos das suas experiências pessoais, identificando o movimento e reconhecendo a importância de seu legado na memória e história argentina. O recorte temporal da pesquisa (1976-1986) coincide com o início da Ditadura Argentina, 1976, – apesar de que, em alguns casos, já haja relatos de desaparecimento em 1974 ou 1975 – e vai até 1986, momento em

que o grupo se divide em dois, por discordância em objetivos e posicionamentos⁶, em dois: *Madres de la Plaza de Mayo – Línea Fundadora* e *Asociación Madres de Plaza de Mayo*.

O artigo está dividido em dois tópicos. O primeiro intitulado trata sobre o contexto histórico da ditadura argentina (1976-1983), destacando os crimes de direitos humanos, a origem, objetivos, simbolismos e estratégias do grupo *Madres de la Plaza de Mayo*; e o segundo denominado mostra quais foram as contribuições das *Madres* no contexto durante e pós-ditadura, sua busca por verdade e por justiça.

Por muito tempo, e principalmente durante o século XIX, foi difundido que os atores fundamentais da História Universal fossem os documentos físicos – fontes escritas – e que estivessem em arquivos, o que prejudicava outros tipos de fonte e poderia excluir o presente das investigações históricas (BRUSCIANO, 2010, p. 285). Felizmente, a tecnologia e os novos meios de se pensar a pesquisa histórica adentram no dia a dia da população mundial e permitiram que muitos arquivos tenham formatos digitais. Em conjunto a isso, as diversas tipologias (orais, audiovisuais, escritas, fotográficas) de documentação puderam ser ampliadas para se tornarem objetos de pesquisa, além de serem acessadas e analisadas tanto pela Academia quanto pelo público em geral.

As fontes aqui utilizadas são testemunhos audiovisuais de mulheres que participam do movimento *Madres de la Plaza de Mayo*, encontrados na Biblioteca Nacional Mariano Moreno da Argentina como um material digital. Ao total foram empregados na construção deste trabalho dez testemunhos audiovisuais sobre as *Madres* e contados pelas *Madres*⁷. A pesquisa foi baseada num método qualitativo de exame e comparação das fontes, identificando e interpretando os eventos selecionados – neste caso, a ditadura, o movimento e o seu impacto na memória e na justiça social argentina.

Estes relatos são feitos individualmente, tem entre 30 minutos e uma hora, e deixam que as *madres* contem sua história, apesar de que, algumas vezes, o grupo que produziu essas entrevistas tenta ajudá-las a nortear a sua narrativa para deixar o vídeo o mais linear possível; além disso, todas estão trajadas com o seu lenço na cabeça – um dos símbolos mais importantes e reconhecíveis das participantes do movimento - e algumas levam consigo em colares, cordões ou broches a fotografia de seus filhos em pequenos retratos.

⁶ Oposições relacionadas às formas de resolução do grupo, às decisões da presidente Hebe De Bonafini, questões de reparação econômica e algumas acreditavam que a luta pelos filhos desaparecidos estava se apagando. (CASTELLI, 2012, p. 3-4).

⁷ Todas as fontes utilizadas estão listadas ao final do artigo.

De forma individual, cada *madre* fala um pouco sobre si desde o seu nascimento, como passaram a sua vida, falam sobre seus filhos, marido e trabalho, quando seu filho desapareceu, quais foram as principais formas de procurar ou denunciar, quais respostas foram obtidas e quando encontraram o grupo⁸ *Madres de la Plaza de Mayo*. Dessa forma, os testemunhos trazem como estas mulheres se incorporaram, como foi a vida após essa entrada e se conseguiram a resolução de algum desaparecimento, algum tipo de justiça dentro da sua luta. Estas, ao final, também refletem sobre os acontecimentos durante a volta do período democrático, deixando um recado sobre a democracia e a verdade para os jovens.

Os testemunhos evidenciam a importância de se enxergar e escutar quem transmite a informação. A possibilidade de se perceber e observar a mudança de feições, tentativas de lembrança e emoções enquanto espectador são algumas das vantagens que a ferramentas audiovisual traz, acrescentando profundidade e proporcionando à fonte utilizada uma relevância ainda maior. A combinação da voz com as sensações revisitadas, a imagem e as expressões intensificam a mensagem, principalmente por não ser uma entrevista comum com perguntas guiadas pelo entrevistador, mas um tipo de contação de história de vida, a história das *madres*.

Os testemunhos orais não são apenas histórias contadas, mas também uma fonte para diversas interpretações e comparações da História. Assim como Dora Schwarzstein afirma:

[...] não são um simples registro, mais ou menos adequado de fatos do passado, uma maneira mais ou menos adequada de preencher os vazios deixados por outro tipo de documentação. Pelo contrário, se trata de produtos culturais complexos. Incluem inter-relações cuja natureza não é de fácil compreensão, entre memórias privadas, individuais e públicas, entre experiências passadas e situações presentes, e representações culturais do passado e do presente. (SCHWARTZSTEIN, 2002, p. 18, *apud* DEJÓN, 2010, p. 245, tradução nossa)⁹

O processo de conhecimento ocorre a partir da interação dos sujeitos com o ambiente e outros indivíduos, na troca de concepções e sentimentos. A linguagem é o meio pelo qual o invisível é transformado em visível (PIRES, 2010, p. 284). O audiovisual permite uma maior interação entre o telespectador e o que está sendo passado, ou seja, faz com que, a cada público que lhe é apresentado, haja uma interpretação e recepção diversificada a partir do que está sendo informado. Isto faz com que quem assiste não apenas escute a informação, mas que também a processe e compreenda em relação ao papel dos testemunhos orais e audiovisuais.

⁸ Os vários testemunhos contam que muitas vezes as *madres* ouviam – fosse em Igrejas, nas procuras na delegacia, etc - falar de outras mulheres que estavam à procura dos filhos e onde estas se encontravam todas as semanas.

⁹ No idioma original: “[...] no son un simple registro, más o menos adecuado de hechos del pasado, una manera más o menos adecuada de llenar los vacíos dejados por outro tipo de documentación. Por el contrario, se trata de productos culturales complejos. Incluyen interrelaciones cuya naturaleza no es fácil de comprender, entre memorias privadas, individuales y públicas, entre experiencias pasadas y situaciones presentes, y representaciones culturales del pasado y del presente.”

O movimento das *Madres de la Plaza de Mayo* é bastante relevante para a história das ditaduras da América Latina por englobar assuntos como violência, direitos humanos, busca de pessoas desaparecidas/mortas (filhos/as) e bebês (netos/as) sequestrados/as durante e mesmo depois do período ditatorial. Este grupo de mulheres conseguiu uma visibilidade internacional e ainda luta pela conquista de direitos, verdade e justiça. O movimento ganhou destaque a partir do momento em que as *madres* perceberam que as respostas não chegariam e passaram a buscar, inicialmente, formas de visibilidade que trouxessem alguma forma de esclarecimento sobre o destino de seus filhos.

Ponzio (2018) ressalta tanto o papel político e transformador das *Madres de la Plaza de Mayo* em espaço público, mesmo que estas estivessem a todo momento sofrendo tentativas de repreensão por seus questionamentos, quanto a memória como função de repensar a história.

Vítimas da orquestra macabra desempenhada pelo golpe de 1976, as *Madres*, com seus corpos ocupando o espaço público, passam a questionar as linhas da narrativa política argentina, cuja memória representa a operação de mecanismos de censura, rasura e exclusão. A história, nessa perspectiva de apagamento de suas fissuras, é reescrita (PONZIO, 2018, p. 2).

Criado por mães a procura de seus filhos, a partir de encontros na Praça de Maio e uma junção quase que “espontânea” – já que muitas *madres* se encontravam em corredores de instituições a procura de notícias sobre seus filhos e se depararam com “o mesmo olhar”¹⁰ e sabiam que estavam passando pela mesma situação. Muitas vezes chamadas de loucas e, diante de várias tentativas de apagamento da sua luta por memória e justiça, as *Madres de la Plaza de Mayo* são um importante símbolo que serve, também, para sanar “feridas” a partir da procura dos presos-desaparecidos e do julgamento de muitos dos militares que participaram de ações antidemocráticas.

¹⁰ Nos testemunhos, muitas das *madres* relatam que, por diversas vezes, era possível reconhecer uma mãe que procurava por seu filho desaparecido a partir do olhar, já que era o mesmo olhar que “toda a mãe também tinha”, e pelo modo como eram tratadas nas instituições. Carmen de Aguilar Lapacó, inclusive, diz em seu relato: “Como saber que [elas] tinham pessoas desaparecidas? Pela cara de tristeza que eu também tinha”.

I - O período ditatorial: desaparecimentos, criação e estratégias do movimento das *Madres de la Plaza de Mayo*

O autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional* – conhecido também como Guerra Suja¹¹ – foi instaurado em março de 1976, e desde então já havia a busca por *detidos-desaparecidos*¹². As testemunhas contam que seus filhos eram levados a caminho do trabalho e da faculdade ou eram retirados de dentro de casa, proporcionando um terror compartilhado com os familiares – uma forma de amedrontar, não questionar e deixar parte da população imobilizada. Quadrat afirma que a repressão argentina foi construída com base na tríade sequestro-desaparecimento-tortura, disseminando assim o terror entre familiares e vizinhos (QUADRAT, 2002, p. 113). Essa abordagem se assemelha às várias ditaduras latino-americanas, que também recorrem ao conceito de Segurança Nacional e praticavam o Terrorismo de Estado¹³, conforme observa Pascual:

Em março de 1976, os militares argentinos deram um golpe de Estado, justificando-se na necessidade de defender o país do desgoverno, da corrupção e do “flagelo comunista”. A ideologia que predominava no âmbito castrense daquela época se inspirava na Doutrina de Segurança Nacional. Originada nos Estados Unidos na época da chamada Guerra Fria, disseminou-se para toda a América Latina a partir da formação de militares do continente em escolas e centros de treinamento norte-americanos. (PASCUAL, 2004, p. 19, *apud* QUEIROZ, 2015, p. 126)

A Ditadura de 1976-1983 já vinha sendo estruturada desde os meados do século XX, já que a Argentina já passava por instabilidades políticas em que o comando militar intervinha frequentemente (RIBEIRO, 2021, p. 101). Esta teve início a partir de um golpe militar com a justificativa de trazer de volta a moral cristã e a ordem, julgando qualquer um que estivesse contra o modelo de governo pautado no Terrorismo de Estado.

Essa fase argentina foi repleta de diversas formas de repressão e controle social, com agentes do Estado realizando sequestros, desaparecimentos, torturas e assassinatos. As ditaduras latino-americanas tinham como foco a perseguição a indivíduos que eram ligados a

¹¹ Leslie Therriault afirma que “este termo foi utilizado para mostrar que o Governo Militar e os grupos de esquerda não estavam no mesmo nível de violência e poder, o que, com o passar do tempo, foi percebido que o governo militar foi bem mais violento do que os grupos guerrilheiros”. (tradução nossa) (No idioma original: (...) the name Dirty War is used to indicate that the leftist guerilla groups and the Argentine military were not on the same level in terms of violence and power, which was certainly the case as the military, over time, became significantly more violent than the leftist guerrilla groups.” (TERRIAULT, 2023, p. 2)

¹² O termo detido-desaparecido (*detenido-desaparecido*, em espanhol) é utilizado para se referir a pessoas que foram detidas por autoridades do regime ditatorial. Este negava que estas pessoas estavam sob sua custódia.

¹³ Enrique Padrós definiu o Terrorismo de Estado como um sistema de poder específico das ditaduras latino-americanas, no qual há uma obrigatoriedade de ações coercitivas que produzissem o medo através de diversos mecanismos – fossem eles físicos ou psicológicos. Essa organização pretendia eliminar os focos denominados como ameaça, enquadrando a sociedade num novo padrão de comportamento e moldando as instituições à obediência. (Padrós, 2014, p. 13)

movimentos de esquerda, de modo mais específico a movimentos comunistas. Desta forma o governo argentino, após investigações – em muitos casos, estas não eram feitas –, adotava medidas que considerava pertinentes para conter qualquer tipo de movimento – ou pessoa – que aparentasse ser uma “ameaça”. Apesar disso, houve o surgimento de movimentos que refletiam sobre essas imposições e questionavam as ordens das autoridades da época.

Os movimentos sociais ganham maior consistência política e social na América Latina a partir dos anos 1970, em busca de transformações na sociedade. Estas mobilizações sociais surgem como sujeitos emergentes, em resposta às diversas crises políticas e democráticas que marcaram os vários países latino-americanos após os períodos de repressão ditatorial que afetaram quase toda a região do Cone Sul (RODRÍGUEZ, 2012, p. 215).

Apesar de diferentes formas de conceitualização, os movimentos sociais têm suas idiossincrasias: cada movimento deve ter o seu objetivo em comum, suas metas, pessoas realmente comprometidas, além de formas e estratégias de atuação. De acordo com Rodríguez, “o sociólogo Manuel Castells define os movimentos sociais são aquelas ações coletivas conscientes cujo impacto, tanto em caso de vitória quanto derrota, transforma os valores e as instituições da sociedade” (CASTELLS, 2001:25 *apud.* RODRÍGUEZ, 2012, p. 216)¹⁴. Ou seja, o estudo de movimentos sociais e seus impactos na sociedade em que foram atuantes é de fundamental importância, já que cada um molda os seus objetivos, visa transformações e até pode ganhar notoriedade mundial, como foi o caso das *Madres de la Plaza de Mayo*.

Muito foi feito durante o momento em que os militares assumiram o governo. Os “atos subversivos”, que muitas vezes eram a oposição – ativistas, estudantes, intelectuais ou qualquer pessoa que estivesse fora das rédeas do governo –, foram colocados como principal inimigo do Estado e causador da desordem; pessoas acabaram por desaparecer, inclusive crianças – estas doadas para famílias mais identificadas com os militares, já que com esta ideia de subversão, qualquer um poderia ser uma ameaça ao país.

Os testemunhos em audiovisual e formato digital aqui utilizados como fonte trazem relatos da vida das *Madres* tanto antes quanto depois do desaparecimento de seus filhos/as, suas buscas por resoluções e a integração no grupo. Dessa forma é possível perceber quais as estratégias seguidas para a aquisição de respostas. Em um dos muitos documentários¹⁵ que

¹⁴ No idioma original: “El sociólogo Manuel Castell define los movimientos sociales como ‘aquellas acciones colectivas conscientes cuyo impacto, tanto en caso de victoria como derrota, transforman los valores y las instituciones de la sociedad’”.

¹⁵ O documentário em questão é “*Madres de la Plaza de Mayo – Los caminos de la plaza (1975-1977)*”, este episódio trata do início do grupo e traz tópicos como a formação, o processo de reorganização nacional e o desaparecimento como arma.

abordam as *madres*, algumas delas dizem que queriam saber se os filhos estavam vivos ou mortos, que era melhor do que ficarem sem nenhum tipo de informação sobre os seus entes queridos.

Há relatos que dizem que as estratégias que advinham do Terrorismo de Estado já aconteciam antes mesmo de o golpe ser instaurado¹⁶, além de que muitos centros clandestinos de detenção foram criados durante o governo militar, o que descentralizava o comando de apenas um núcleo e o que faria com que essas ações não fossem atribuídas ao governo. O medo, a repressão e o autoritarismo foram as principais formas de controle usadas para manter a população inerte.

Apesar do alto índice de repressão do período – principalmente em questão das tentativas de controle da população –, várias foram as pessoas que levantaram questões sobre o que estava acontecendo, a partir de diversos movimentos sociais, buscando em várias instituições e expressando indagações sobre os desaparecimentos e a forma de governo, resistindo, com determinação, às dificuldades na busca por respostas.

Inicialmente, as mães não sabiam muito bem o que estava se passando, algumas nem sequer imaginavam que estes tipos de ações estariam acontecendo no país antes mesmo da instalação da Ditadura de 1976, e nem o que deveria ser feito para reverter a situação. Tentaram de várias formas buscar informações sobre o que estava ocorrendo em variadas instituições como a delegacia, a Igreja, grupos políticos, Ministérios, etc; os relatos dizem que muitas das autoridades tentaram convencê-las – individualmente, nos primeiros momentos – que seus filhos poderiam ter saído do país “à procura de mulheres ou outra família” ou, até mesmo, “por meio de prostituição”. Numa sociedade com o intuito de reestabelecer os valores morais, a utilização desse tipo de comentário pode ser percebida como uma forma de “ameaça” e invalidação dos questionamentos das *madres*, mas também como uma forma de isentar o governo da culpa dos desaparecimentos.

Com a falta de respostas concretas, muitas mães passaram a se reconhecer e se conhecer dentro das instituições, principalmente da Igreja – já que a religião muitas vezes é um refúgio e uma parte da esperança de encontrar seus filhos, ou, pelo menos, ter conhecimento do que aconteceu com estes. Foi justamente nestas Igrejas, nesses encontros iniciais, que Azucena

¹⁶ De acordo com Quadrat, as acusações de corrupção e de fragilidade política eram algumas das razões que legitimaram o golpe de Estado. A Argentina passava por diversas tensões – e insatisfações – políticas desde os anos 1950 e os militares acreditavam que era preciso colocar ordem no país, dando abertura para uma nova ideologia conhecida como Doutrina de Segurança Nacional, que também foi base para ditaduras como as do Brasil e do Chile.

Villaflor¹⁷ alertou outras mães que a procura pelos meios convencionais não estava resolvendo a questão e sugeriu que mudassem a estratégia (QUADRAT, 2002, p. 116). A partir desse reconhecimento e percepção de que não era um acontecimento individual, algumas das *madres* passaram a compartilhar as suas aflições e experiências com o que estava acontecendo, o que, futuramente, culminou na criação do grupo *Madres de la Plaza de Mayo* – grupo este que aos poucos foi tomando grande proporção.

O grupo começou com cerca de dez pessoas em 30 de abril de 1977, um ano após ser implantado o golpe militar. Quando as reuniões do grupo começaram a ocorrer na Praça de Maio, muitas *madres* foram atraídas ao movimento por uma nova forma de obtenção de respostas. Em alguns testemunhos, elas relataram que ouviam comentários sobre mulheres que se reuniam em busca de seus filhos desaparecidos. Estas mulheres, apesar de terem uma vida além da procura destes filhos que desapareceram como outros filhos, marido, trabalho dentro ou fora de casa, se sentiram parte de uma mesma luta a partir desse sentimento de maternidade, mesmo que, na visão de muitos, elas fossem mais uma ferramenta de fortalecimento dos movimentos subversivos, já que seus filhos eram vistos como desordeiros.

Em julho de 1977, o então presidente argentino Jorge Videla¹⁸ acabou por recusar receber as *madres*. Estas já organizavam reuniões desde abril do mesmo ano e, apesar desta decisão do chefe de estado, um dos ministros realizou uma audiência para saber quais eram os questionamentos, o que deu esperança às *madres*. Nesta audiência apenas três *madres*, Beatriz Neuhaus, María del Rosario de Cerruti e Azucena Villaflor, puderam entrar, as demais deveriam esperar na praça – talvez uma forma de intimidação, restringindo a quantidade de pessoas que poderiam dar mais argumentos ou questionamentos. O resultado desta recepção foi mais do mesmo. Em testemunhos e entrevistas as *madres* relatam um certo cinismo por parte das autoridades e um descaso para com a situação proposta como problemática.

Muitos são os simbolismos que representam o movimento *Madres de la Plaza de Mayo*: suas vestimentas, o local escolhido para as suas manifestações, as estratégias adotadas em um governo que se recusava a responder às suas demandas, e as maneiras de obter visibilidade e alcançar seus objetivos. Martins afirma que “a diversidade dos agentes racionais humanos se exprime na multiperspectividade da cultura histórica própria a cada um e faz compreender tanto a multiplicidade de culturas, para além daquela que se reconhece como própria, quanto os

¹⁷ Uma das fundadoras do grupo, Azucena Villaflor foi uma das *madres* que ficaram desaparecidas e foi encontrada morta.

¹⁸ O golpe foi dado por uma junta militar composta por generais e que, no primeiro momento, estava sob comando de Jorge Rafael Videla.

elementos comuns a todas as culturas humanas” (MARTINS, 2019, p. 22). Logo, todos esses aspectos em conjunto têm particularidades culturais e imagéticas (como os lenços, a ronda na Praça e a própria Praça de Maio como local) e, conseqüentemente, de reconhecimento e interpretação, o que implica num panorama do que é pretendido na oferta desses símbolos e como estes são recebidos e compreendidos pela sociedade.

O primeiro, e talvez principal, traço que fez com que a conexão das *madres* fosse instantânea¹⁹ deu nome e fervor ao movimento: a maternidade. Os relatos contam que estas tinham vidas diferentes, cada uma com suas responsabilidades – inclusive outros filhos –, mas ser uma mãe que estava à procura de um(a) filho(a) desaparecido(a) fez com que este elo fosse criado simultaneamente. Elas passavam pelo mesmo tipo de angústia e compartilhavam do desejo de encontrá-los. Paula (2016) afirma, que para as Mães da Praça de Maio, a maternidade era um dos pontos fundamentais que unia suas componentes, isso corrobora com o testemunho de Aurora María Zucco de Belocchio que coloca “a maternidade como algo muito importante”. Hebe de Bonafini²⁰, em um documentário para a televisão²¹, disse que “antes eles eram filhos e profissionais fantásticos, hoje eles eram terroristas”. Afirmar-se como mães que buscavam seus filhos desaparecidos correspondia a travar uma luta contra a representação construída pela ditadura: “as mães de terroristas”, de pessoas pertencentes à esquerda armada e de grupos taxados como subversivos. Explorando as ideias implícitas à palavra mãe, como altruísmo e proteção, essas mulheres passaram a surgir no cenário argentino como “mães de todas as pessoas desaparecidas” – assim dizem as testemunhas –, vítimas da violência de um Estado autoritário (PAULA, 2016).

A palavra “mãe” é um substantivo que geralmente é associado a proteção, cuidado e assistência. Ou seja, além de buscar por seus filhos – vivos ou mortos –, o uso da maternidade tenta retirar da visão pública a ideia de que elas eram apenas mães de “delinquentes” que faziam parte de grupo que tinham atos violentos. Isso amplifica a ideia de que mães são mães em qualquer situação e, sendo assim, iriam proteger seus filhos e sentir por todas as mães de desaparecidos (PAULA, 2016, p. 6).

Nos testemunhos da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, aqui utilizados como fontes, fica nítido que este sentimento de maternidade foi importante para a criação do grupo, pois inicialmente era apenas isso que estas mães tinham em comum. Algumas *madres* que dizem

¹⁹ Nora Morales de Cortiñas, em seu testemunho, diz que “há coisas que se integram com o tempo” e que a ida à praça foi algo visceral, passado de boca a boca, como se pensassem “está passando o mesmo que nós?”

²⁰ Uma das fundadoras da Associação das Mães da Praça de Maio.

²¹ “*Madres de la Plaza de Mayo – Los caminos de la plaza (1975-1977)*”

que mesmo quando seu filho desapareceu e disseram que ele voltaria, ela *sabia*, seja por um sexto sentido ou instinto materno, que algo não estava certo. Apesar desse “instinto” de maternidade sentido por diversas *madres* e por isto ter sido uma das características de criação de vínculo inicial, é a partir da procura e do questionamento que essas mulheres se tornam, além de mães à procura de seus filhos, sujeitos ativos política e historicamente.

O elo de conexão e a criação do grupo são a parte inicial. O estabelecimento do horário, dia e local das reuniões se deu com o tempo e pode-se entender como segundo passo, já que todas tinham uma vida extra movimento. Com o passar do tempo, o dia escolhido para as reuniões foi a quinta-feira²² e o ponto de encontro foi a emblemática Praça de Maio de Buenos Aires – palco de diversos eventos históricos, onde aconteceu a Revolução de 25 de maio de 1810 e onde fica o palácio presidencial argentino²³. O intuito era reivindicar as respostas às suas perguntas, denunciar o desaparecimento dos seus filhos e também marcar o início “formal” e afrontoso de sua busca.

Imagem 1. A marcha das Madres na Praça de Maio em 1981.



Fonte: Politize!, 2017. Autor: Carlos Villoldo.

É a partir dessa decisão que a Praça de Maio se torna novamente um lugar de destaque, mais uma vez é preenchida por um contexto de luta e de tentativas de mudanças sociais e políticas. Ponzio acredita que, “simbolicamente, as mulheres que nascem nesse cenário como *Madres* não são as mães outrora desoladas; elas se revestem duma imagem cuja ossatura é

²² María del Rosario Carballada de Cerruti, em seu testemunho, diz que pensaram vários dias para que pudessem escolher um em que todas estivessem disponíveis e ao dizer “na quinta, sexta não que é dia de bruxa” mostra que também não queriam ser mal vistas.

²³ Intitulada Casa Rosada, é a sede presidencial da Argentina.

parida num lugar de contestação” (PONZIO, 2018, p. 2). Ou seja, tanto o lugar quanto as pessoas as quais compõem o movimento se transformam de vítimas em sujeitos ativos, buscando a resolução dos seus pedidos numa sociedade que vivia em repressão cotidiana, em que as ações criminosas do governo não eram – nem podiam ser – denunciadas.

A Praça de Maio é considerada uma parte vital tanto do país quanto da cidade de Buenos Aires, além de uma localização privilegiada, que transmite uma sensação de segurança (THERRIault, 2023). O lugar escolhido é de suma importância, já que também é carregado de significado tanto por si só quanto pelo objetivo traçado pelo grupo. Alguns relatos e entrevistas das *madres* contam que a praça foi escolhida, também, por ser um lugar público e turístico dentro de Buenos Aires, o que poderia impedir que os policiais tivessem ações violentas ou repressoras para com elas, já que, se houvesse algum tipo de tentativa de silenciamento publicamente, o Estado estaria reafirmando o que tanto negavam: as várias formas de se manter no controle da população e a inviabilização da oposição (QUATRAT, 2002, p. 116).

Rodríguez argumenta que “nas últimas décadas do século XX, as ocupações territoriais e a apropriação de determinados lugares emblemáticos por parte dos denominados novos movimentos sociais se transformaram numa forma estratégica de luta social na obtenção de seus objetivos”²⁴ (RODRÍGUEZ, 2012, p. 219). O lugar, por conseguinte, se apresenta como um espaço de construção de significados, identidade e memória, já que os movimentos sociais se erguem, também, em espaços físicos; o território estabelece dialeticamente as múltiplas relações de poder e resistência²⁵ (RODRÍGUEZ, 2012, p. 218-219).

Outro símbolo bastante conhecido é o lenço que as *madres* utilizam em suas cabeças. Tão característico que qualquer pessoa que observe alguém com um lenço branco num cenário político – e até fora dele – possa reconhecer o grupo do qual fazem parte, inclusive e principalmente nos dias atuais. Há quem diga que, inicialmente, elas utilizaram as fraldas de seus filhos – quando pequenos – como lenços para chamar atenção para a questão de uma maternidade “incomparável”, sem limites e “apesar de tudo”, como se ser mãe estivesse acima de qualquer outra situação ou descontentamento, como se o lenço remetesse à infância e à inocência dela, para mostrar que elas, enquanto mães, continuariam defendendo e cuidando de

²⁴ No idioma original: “En las últimas décadas del siglo XX, las tomas territoriales y la apropiación de determinados lugares emblemáticos por parte de los denominados nuevos movimientos sociales se transformo en una forma estratégica de lucha social en la obtención de sus objetivos.”

²⁵ No idioma original: “El lugar, además, se presenta como un espacio de com-formación de subjetividades, lleno de significados culturales, memoria e identidad, desde donde los movimientos sociales se construyen y articulan físicamente; es el territorio concreto en que se superponen dialécticamente el orden global y el orden local, en donde se dan las múltiples relaciones de poder en formas específicas de dominación y resistencia”.

seus filhos por estes serem o seu fruto, não importasse qual caminho estes haviam escolhido (PAULA, 2016, p. 7).

Imagem 2. “Madre e filha”, 1982.



Fonte: Adriana Lestido. Autora: Adriana Lestido.

Quando a fralda foi substituída por lenço, rompeu-se com a imagem infantil dos filhos a favor da juventude, fase da vida que muitos deles estavam quando desapareceram. A opção pela cor branca no lenço ligava-se ao desaparecimento, à ausência, à incerteza e à falta de informação dos parentes desaparecidos (PAULA, 2016, p. 7)

A ideia de estar zelando, independentemente do caminho seguido, também se baseia na perspectiva de que muitas pessoas acreditavam que seus filhos eram realmente delinquentes e que as *Madres de la Plaza de Mayo* também representavam uma ameaça à ordem das cidades argentinas. Colocar um pouco do peso da maternidade é reinventar também a imagem do grupo, já que, durante o período militar, o lugar ideal das mulheres era bastante conservador e se basearia principalmente em cuidar da casa e dos filhos. Isto, de certa forma, é trazer essa ideia à tona como um dos porquês de estas mulheres – mães – estarem protestando em busca de seus filhos. Os lenços brancos – ou *pañuelos* – são um símbolo que, hoje em dia, não podem ser desintegrados do movimento, eles são referências visuais tanto dos desaparecidos quanto das *madres* e seus objetivos (PAULA, 2016).

Além da maternidade, da praça e dos *pañuelos*, é preciso mencionar o “ritual” de circular pela Praça. Os testemunhos das *madres* contam que elas se reuniram em diversos lugares antes de decidirem ir à praça por causa da influência de Azucena Villaflor. Ela afirmava a importância de irem para um local que trouxesse uma maior visibilidade. Quando começaram a se reunir na Praça de Maio, muitos dos guardas não queriam que elas ficassem todas juntas e ordenavam que andassem pela praça para não aglomerar, assim as *madres* passaram a fazer a caminhada em dupla. Isto fez com que escutassem bastante falas dos policiais que estavam presentes na praça ou nos arredores, tais como “Vocês não podem ficar paradas aqui, circulem, circulem!”.

O que seria uma forma de intimidação por parte do governo e das forças militares se tornou mais um dos diversos simbolismos e, conseqüentemente, parte da cerimônia destas mulheres que buscavam a verdade e a justiça. Os policiais, contam as *madres*, por diversas vezes, também pediram seus documentos para verificar quem elas eram e o que podiam estar fazendo ali naquela praça²⁶.

1978 foi ano de Copa do Mundo e muitos olhares estavam voltados para a sede: a Argentina. Muitos jornalistas e turistas se deslocaram ao redor do mundo para o país sediado, buscando tanto assistir aos jogos quanto conhecer o país escolhido. Quando se trata de jogo de futebol, as pessoas – em sua grande maioria – ficam eufóricas e querem saber tudo sobre o país sede dos jogos, além de ter um orgulho maior de sua nação. Durante esse Mundial, as *madres* começaram a ganhar uma notabilidade internacional; elas estavam numa praça muito reconhecida e uma das mais turísticas do país, o que fazia com que muitos dos turistas esbarrassem nas cenas de quinta-feira e que jornalistas fossem instigados por sua curiosidade.

Foi a partir deste episódio que as *madres* começaram a ter comunicação com outras nações e pessoas que pensassem sobre questões de direitos humanos e liberdade de expressão. As *madres* contam que os jornalistas estrangeiros disseram a elas que os governantes estavam chamando-as de “As loucas da Praça de Maio”²⁷, o que mostrava um incômodo da parte governamental do país. Tachar as pessoas de loucas é uma forma de desmerece-las e desqualifica-las. A desinformação foi uma tentativa de fazer com que a sociedade desconsiderasse o que grupo das *madres* estava expondo, neste caso: os problemas sobre o

²⁶ Aurora Morea de Pedrini disse que houve um episódio em que um policial a levou da praça, pegou documento e digitais, mas outra *madre* chamada Marta a acompanhou. As duas ficaram detidas na delegacia até que o marido de Aurora as retirou.

²⁷ No testemunho de Nora Morales de Cortiñas, ela relata: “Um jornalista perguntou quem eram e responderam ‘umas loucas’, (...) era como se fôssemos invisíveis para as pessoas que passavam”.

desaparecimento de indivíduos, até mesmo de *madres*²⁸, a falta de respostas e o descaso com as buscas de desaparecidos na Argentina.

Os relatos contam uma memória individual e coletiva de um período considerado doloroso por quem conta. Trazem à tona uma interpretação do lado não dominante desse evento histórico. Pelo fato de as entrevistadas já estarem com a idade avançada, muitas datas ficam no esquecimento – apesar de se lembrarem de muitas das situações vividas –, mas a busca por seus filhos e pela verdade desde então nunca cessou. Mais denúncias foram feitas, mais olhares eram voltados para as *madres* no próprio país ou ao redor do mundo. Isso fez com que o governo acabasse por estar cada vez mais pressionado de diferentes formas. Estas mulheres conseguiram cada vez mais lugares para falar sobre a sua indignação, seus questionamentos e objetivos. Desse modo, as *Madres* que integravam esse grupo conseguiram obter visibilidade internacional e implementar transformações durante e após o processo de redemocratização argentina.

II - Legado do grupo: a memória, a verdade e a justiça

A História do Tempo Presente teve início após 1945²⁹ e se tornou um tipo de resposta aos grandes traumas nas identidades e consciências históricas; no contexto latino-americano, esse campo de estudo se desenvolveu após os períodos de ditadura e foi resultado de uma demanda por justiça às vítimas esquecidas desse contexto (DECLACROIX, 2018, p. 46). O termo “passados que não passam”³⁰ é trazido por Cristian Delacroix e manifesta que acontecimentos recentes refletem na sociedade atual, já que essa nasceu e foi construída durante os períodos autoritários. Explorar estes aspectos é, em vista disso, “também tentar encontrar mundos sociais, políticos e culturais abandonados, esquecidos ou reprimidos, mas que fizeram e ainda fazem parte do real histórico vivido, esperado ou temido pelos atores” (DELACROIX, 2018, p. 72).

Como mencionado no tópico anterior, a última ditadura argentina, iniciada em 1976 e finalizada em 1983, foi marcada por diversos crimes, violações dos direitos humanos e tentativas de impor uma ordem hipotética ao espaço nacional. Apesar de todos os atos de repressão e tentativas de manter o controle, o final do período de sete anos mostrou

²⁸ María del Rosario Caballada de Cerruti relata que sofreram de tudo e levaram 3 *madres*: Azucena Villaflor, Ester Cariaga e Maria Ponce de Bianco.

²⁹ Fim da Segunda Guerra Mundial.

³⁰ Esse termo deve ser vinculado a Henry Rousso que descreveu o aumento das demandas memoriais e da verdade como uma necessidade de se entender e reconhecer esses passados “recentes”. (DELACROIX, 2018, p. 44).

gradativamente o enfraquecimento dos governos autoritários no país, aumentando a força da oposição e também dos movimentos sociais, abrindo assim uma possibilidade para uma redemocratização.

As *Madres* estiveram todas as quintas-feiras na Praça de Maio³¹, buscando os seus objetivos que estavam vinculados à procura pela verdade e, paralelamente a isso, justiça por todos os crimes cometidos sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional. Suas estratégias foram bem utilizadas durante todo o tempo em que buscavam por respostas e, de certa forma, confrontavam o tipo de governo implantado; em todos os testemunhos utilizados como fontes as *madres* afirmam que nenhuma delas – e muito menos o grupo como unidade – era vinculada a algum partido, mas não havia como se desassociar do ato de fazer política.

Imagem 3. “Marcha de Madres de Plaza de Mayo”³².



Fonte: Memoria Abierta. Autor: Daniel García.

Por bastante tempo se pensou como seria o novo governo, já que o sistema político vigente já estava entrando em defasagem e a população já estava insatisfeita. A derrota na Guerra das Malvinas³³, que, mesmo tacitamente, tinha como um de seus objetivos mostrar o poder militar argentino e assim estimular o nacionalismo da população (BAUER, 2014, p. 123),

³¹ A Praça de Maio não foi o único ponto de manifestação e visibilidade, no depoimento de María del Rosario Carballada de Cerruti, ela conta que as *madres*, assim como ela, foram para a Marcha de Luján – uma peregrinação que acontece em Buenos Aires – com os lenços para conseguirem se identificar e, muito provavelmente por isso, o bispo se negou a proporcionar a comunhão a estas mulheres.

³² “Sequestrar, torturar e assassinar são atos do serviço? Reivindicamos a aparecimento com vida dos presos-desaparecidos e o julgamento dos responsáveis. A dignidade do homem exige isso.” (Tradução nossa).

³³ A Guerra das Malvinas foi um conflito, no ano de 1982, entre Argentina e Inglaterra pela posse das Ilhas Malvinas, localizadas no Atlântico Sul, durando cerca de dois meses com a vitória da Inglaterra.

teve como fim uma ótica negativa sobre a derrota do exército por parte da população. Consequentemente essa visão chegou como uma forma de interpretação do governo militar, contribuindo para o enfraquecimento da ditadura que chegaria ter seu fim no ano seguinte.

Tanto dentro dos gabinetes governamentais quanto por parte do movimento das *Madres de la Plaza de Mayo*, os questionamentos sobre como seria o futuro governo democrático e quais seriam as suas resoluções dos acontecimentos eram a pauta central dos debates. A ideia de transição política não tinha um caminho certo a ser seguido, havia dúvidas sobre o que se fazer com os anos que se passaram, lembrar ou esquecê-los se tornou uma pergunta frequente. No final do ano de 1982, 20% da população estava atenta a assuntos como desaparecidos políticos e em 1983 mais da metade já acreditava que esse tipo de assunto deveria ser esquecido para evitar conflitos (BAUER, 2014, p. 124-125). O governo argentino criou a lógica de que tanto o Estado quanto os militantes foram culpados, gerando então uma busca por esquecimento mútuo e a continuidade de desinformação.

Quando o governo percebeu que o ciclo militar estava prestes a acabar, houve tentativas de leis de impunidade para os militares participantes, a ideia de que cada história escondida pelo governo ditatorial era individual, privada a cada família, o que dificultava a disseminação de informação para o resto da população, para que esta pudesse também refletir sobre tratamento dos fatos até então escondidos. As leis de anistia³⁴ traziam um tipo de perdão aos militares e esquecimento da memória de todas as ações que afetavam a sociedade como uma forma de suavizar essa modificação política. Assim como afirma Oliveira:

A chamada justiça de transição é o instrumento mais adequado para essas situações. Todavia, no momento em que a maioria das leis de anistia da América Latina foram elaboradas, ainda não havia aparato doutrinário nem precedentes jurisprudenciais que pudessem servir de bússola para sua feitura. Assim, as leis de anistia acabaram por conceder amplo perdão aos crimes praticados, no período dos regimes militares, por todos os envolvidos, sem qualquer distinção e sem preocupação com verdade, memória ou reparação.

(OLIVEIRA, 2018b, p. 417, *apud* BLANK; FACCHINI NETO, p. 18-19, 2019)

É compreensível que, por toda a difusão do medo e silenciamento civil, muitos dos acontecimentos só se tornaram de conhecimento público durante o período democrático (QUADRAT, 2002, p. 114-115), principalmente quando esses tipos de leis estavam em debate. Em 1983 houve a criação da Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas (CONADEP), no qual alguns dos responsáveis foram julgados; no entanto, foram adotadas as Leis de Anistia. As *madres*, obviamente, ficaram insatisfeitas com essas decisões, trazendo novamente a público

³⁴ Em março de 1983, foi promulgada a Lei de Pacificação Nacional (nº 22.924), que foi revogada durante o governo de Alfonsín. Entre os anos de 1986 e 1987, foram aprovadas as leis 23.492 e 23.521/1987, respectivamente, Lei do Ponto Final e Lei da Obediência Devida.

o seu desgosto sobre as Leis, que posteriormente foram consideradas inconstitucionais, e continuaram a reivindicar a justiça³⁵ a partir da memória. Uma forma de garantir que transformações necessárias pudessem ser feitas e houvesse uma reparação de dores já vividas no país com os desaparecidos, reabrindo os processos judiciais e julgando os envolvidos nos crimes de lesa-humanidade.

Ricoeur descreve a “memória como a melhor guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado” (RICOUER, 2006, p. 106, *apud* Delacroix, 2018, p. 62). É a partir do contato com o passado que se pode ter interpretações e análises sobre a História. Dessa forma, a relação com o tempo dita a relação do objeto estudado com a História e, com isso, quais acontecimentos moldam o presente e transformam o futuro.

Falar do passado recente causa reverberações, já que é um recorte temporal relativamente novo na discussão histórica e este é configurado por inúmeras vozes circulantes dos espaços públicos. É onde as memórias individuais e coletivas entram em intersecção e debate com a consciência histórica (PISARELLO, 2010, p. 321). É necessário lembrar que “a memória é um espaço de luta política, que está associada a saberes, emoções e afetos que reconhecem uma multiplicidade de tempos e sentidos, e que contém lembranças e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos” (PISARELLO, 2010, p. 325, tradução nossa)³⁶.

A memória – conceito explorado por diversos autores – consiste em mecanismos para se construir, de forma detalhada, um determinado acontecimento histórico. Le Goff (1990) afirma que a relação entre História e Memória é provocativa, pois estas memórias só se instituem a partir de escolhas feitas. Consequentemente, é importante entender que memorizar e esquecer fazem parte do mesmo processo, é parte obrigatória da mente humana selecionar as experiências vivenciadas ou até situações cotidianas para serem mantidas apenas o que detém apenas as experiências que têm significado para decisões posteriores, ou seja, estas memórias guardadas são funcionais para a experiência em sociedade (SIMSON, 2005, p. 15).

Padrós afirma que a desmemória é um dos aspectos centrais nas ditaduras latino-americana. A ideia de “lembrar-esquecer” mostra a intenção do desconhecimento dos fatos, consequentemente isso evita que a sociedade selecione quais memórias são importantes para a sua construção. Dessa forma, esse conceito significa também o apagamento da história

³⁵ Nora Morales de Cortiñas diz em seu relato que a vingança não as animava, mas elas queriam justiça, já que considerava a desapareição forçada “o crime dos crimes”.

³⁶ No idioma original: “(...) la memoria es un espacio de lucha política, y que está asociada a saberes, emociones y afectos que reconocen una multiplicidad de tempos y sentidos, y que continen recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos.”

(PADRÓS, 2004, p. 154). A tentativa de apagamento pelo governo argentino fez com que a ideia de memória e sua função de reflexão fossem deslegitimadas.

Se pensar memória é pensar relações, é possível definir a narrativa, o passado pode ser recordado ou reinventado (GONDAR, 2008, p. 5). É nesse sentido que o conceito de memória se faz mais forte na luta das *madres*. Se algo será apagado é como se nada um dia houvesse existido, e se nunca existiu, essa luta é inválida, perdendo a sua força. Se algo que não é esquecido pode passar por diversas interpretações, a ausência de informação sobre o apagamento de um fato representa também uma tentativa de invisibilização das sequelas. Portanto, a busca por verdade e a luta por manter a memória viva por parte das *Madres de la Plaza de Mayo* é um ato político, que reforça que há coisas que não devem ser esquecidas.

Geralmente algo é lembrado porque precisa ser compreendido, porque as pessoas ainda não aprenderam com determinado fato, isso explica diversos feriados nacionais e mundiais. O esquecimento é uma forma de apagamento de várias situações, como se fosse uma “cortina de fumaça” para o entendimento das ações da sociedade como um todo, já que esse período influenciou toda uma geração. Além disso, essa tentativa de apagamento deslegitima toda luta feita e inocenta todos os participantes principais do cenário apresentado, já que o que não é lembrado, não pode ser digerido.

Se cada indivíduo possui mecanismos próprios para esquecimentos e recordações, é instintivo relativizar o que é dito por apenas um ou poucos atores sociais. A análise histórica se faz a partir da coleta, comparação e diferenciação dos discursos – sejam eles orais, escritos, visuais, jornalísticos, documentais, etc –, processo este que ajuda a reduzir as margens de erro e a aproximar-se dos fatos. Dessa forma, é possível dizer que a memória faz parte tanto do passado quanto do presente, a partir das suas construções e reconstruções diante dos múltiplos aspectos que afetam a sociedade contemporânea.

Halbwachs (1990) acredita que a memória social – construída pela memória coletiva – molda a memória individual, portanto os testemunhos mostram que cada pessoa viveu individualmente aquela fase e tem a sua própria visão dos fatos, mas estes têm um fundo coletivo, seja ele um local, uma instituição, etc. A favor disso, o movimento *Madres de la Plaza de Mayo* é coletivo, apesar de ter começado pelo desaparecimento e sentimento de perda de um filho próprio; as *madres* contam que a partir de determinado momento, começaram a ‘amadrinhar’ todos os desaparecidos como se fossem seus, como se fossem um só.

A redemocratização não foi tudo o que as *madres* esperavam, mas era mais do que havia durante o período ditatorial. A democracia não trouxe a justiça requerida por estas mulheres, muito menos reparou com rapidez tudo o que estas e seus filhos passaram. Mesmo que essas

mães soubessem que seus filhos muito provavelmente estavam mortos, politicamente eles ainda estavam vivos como presos-desaparecidos até que se soubesse o que havia realmente acontecido³⁷. Portanto, a luta não havia terminado porque a democracia havia se restabelecido, a luta delas se tornou ainda mais forte a luta pelo julgamento devido aos participantes dos crimes de lesa-humanidade e o desempenho por deixar a memória viva.

A luta travada pelas *Madres de la Plaza de Mayo* ia contra o esquecimento do que havia ocorrido. Elas defendiam a resistência e o questionamento diante de um governo repressivo e falta de respostas. Taty de Almeida, em seu depoimento, reforça o porquê desses objetivos, pontuando: “verdade, pois é um direito saber e há diversas evidências para que a luta não termine; justiça, mas a justiça legal e não com as próprias mãos; e memória, pois se um povo esquece o que aconteceu, corre perigo, pois se o passado não volta ao presente, não há como se construir um futuro”. Ela também diz que “pariu todos os filhos, mas acredita que Alejandro - seu filho desaparecido - que pariu esta Taty de hoje”.

Em sua maioria, os relatos das *madres* deixam um recado para as novas gerações, mostrando a importância de se preservar a memória e aprender com ela, além de afirmar o resplendor da democracia e dos fatos. A luta não acaba, como elas mesmas dizem, porque é sempre necessário revisitar alguns espaços da memória para construir um futuro que satisfaça minimamente a todos e para que nada do que aconteceu possa se repetir.

Como afirma MacCagnan (2022), não apenas prédios podem ser demolidos, mas também as memórias, se não houver políticas públicas para preservação. Isso resulta num tipo de apagamento de identidade; um povo sem memória não conhece a sua história e, conseqüentemente, o que se faz dela, com ela e para ela. Portanto, o debate sobre memória, verdade e justiça - lema/objetivo das *Madres de la Plaza de Mayo* - é de grande relevância tanto para o movimento quanto para a história da Argentina.

Considerações finais

Durante todo o tempo, apesar das incertezas, um tipo de esperança pairava no grupo. As *madres* participavam ativamente dos debates e se mantinham firmes em seus objetivos de trazerem a verdade à tona. Com isso, buscavam a justiça tanto para a família e os seus filhos desaparecidos quanto a responsabilização dos culpados. A força que as *Madres de la Plaza de Mayo* tiveram no cenário político é imensurável, por causa delas houve uma transformação no

³⁷ Para onde foram levados, o que foi feito com eles, onde foram deixados os corpos e – para algumas *madres* – onde estão estes restos mortais.

cenário da época, mesmo com várias tentativas de silenciamento por parte do governo. Isso mostra tanto um comprometimento quanto a importância dada em saber da verdade e fazer justiça, fortalecendo a democracia durante e após um governo ditatorial.

As contribuições das *madres* na sociedade argentina e mundial são inestimáveis, estas mulheres expuseram nacional e internacionalmente os crimes, principalmente sobre os desaparecidos políticos, do governo argentino - o que desencadeou outras investigações -, tendo forte influência na deslegitimação do regime militar e no julgamento dos responsáveis. Foi um movimento que, além de buscar respostas individuais a partir de uma luta pacífica e consistente, tornou-se símbolo tanto para outras ditaduras quanto para a memória histórica argentina. As *Madres de la Plaza de Mayo* ocuparam e transformaram o espaço público e político, impactando o debate sobre a relevância de se discutir a memória, os modelos políticos, a justiça e a verdade, trazendo, uma reflexão sobre os direitos humanos e uma sociedade consciente.

As *Madres de la Plaza de Mayo* exigiram por bastante tempo, como é vista numa famosa fotografia do grupo segurando uma faixa ou em frases com mais reivindicações em suas marchas, a aparição com vida de seus filhos. Com isso foi possível reivindicar também sobre a verdade e quais seriam as formas de justiça para os culpados por tais ações. As caminhadas em volta da Praça de Maio permanecem até os dias atuais, em que estas *madres* - já com idade avançada - continuam mantendo vivas a importância da memória, da procura pela verdade e da justiça, de certa forma, reescrevendo a história de seu país. “É através delas que os assassinos - de seus filhos e de outras *Madres* desaparecidas - poderão ser condenados e a democracia se tornará (mais do que nunca) um direito baseado no ‘enraizamento de um princípio de reparação e justiça’” (PONZIO, 2018, p. 3).

A relação entre memória e justiça se dá a partir de um tipo de reparação e reinterpretação do que ocorreu, transformando o ambiente e sua relação com a história, mas também a construção – e reconstrução – de identidade da nação. Portanto, o movimento das *Madres de la Plaza de Mayo* resultou numa reflexão constante sobre o que estava acontecendo no novo modelo de governo, o que se passou durante o período da Ditadura argentina e o que deveria acontecer com os responsáveis. O impacto do grupo promoveu diversas transformações na sociedade e trouxe novos pensamentos sobre a democracia, a verdade e quais formas de justiça deveriam ser adotadas sobre o período em questão.

A necessidade de se discutir os abusos cometidos pelas autoridades do Estado ditatorial é também uma discussão sobre memória - o que é lembrado ou esquecido e o porquê desse algo ser selecionado para se lembrar ou esquecer – e justiça do período vivenciado pelas *madres*, mas também sobre o presente. Muitas foram as tentativas para negar a autenticidade dos

protestos e também de apagamento após o fim da ditadura, o que mostra que a memória e o local em que esta ocupa também é uma relação de poder e de controle da população, já que uma população que não conhece as sequelas de sua história está mais vulnerável à manipulação e à falta de consciência crítica.

A frase que dá título ao trabalho “Las locas seguimos de pie” foi dita por Taty de Almeida, também em seu testemunho. Esta fala mostra que apesar de todas as formas de silenciamento, o passar do tempo – as *madres* já estão com as idades bem avançadas – e os seus desdobramentos, as estratégias bem como os seus objetivos e reivindicações valeram a pena. As mulheres que foram chamadas de loucas “continuam de pé”, assim como a sua luta e influência se mantêm vivas.

Referências:

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória.** Medianiz; ANPUHRS, 2ª edição, 2014.

BLANK, Dionis Mauri Penning; FACCHINI NETO, Eugênio. **O Poder Judiciário e as leis de anistia latino-americanas: As experiências da Argentina, Chile e Brasil.** RIL, Brasília, a. 56, n. 224, out./dez. 2019, p. 11-36.

BOMBAL, Inés González. De vítimas a sujeitos: as Mães da Plaza de Mayo. **Revista de Ciências Humanas**, Vol. 8, Nº 11, 1992.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Formas de la narrativa oral y autorepresentación desde el presente: mujeres inmigrantes em el Brasil meridional.** IN: BRESCIANO, Juan Andrés (Org.). El tempo presente como campo historiográfico. Ediciones Cruz del Sur. Uruguay, 2010.

DEJÓN, Silvia. **Las fuentes orales: los testimonios y los testimoniantes.** IN: BRESCIANO, Juan Andrés (Org.). El tempo presente como campo historiográfico. Ediciones Cruz del Sur. Uruguay, 2010.

DELACROIX, Christian. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L’histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas** – Não 08, número 13, 2008 – ISSN 1676 – 2924.
MACCAGNAN, Rafael Tonet, and Marina Ribeiro de ALMEIDA. "**HISTÓRIA PÚBLICA, MÍDIAS E ENSINO DE HISTÓRIA.**" *REPOSITÓRIO DE ANAIS DA ANPUH-GO* (2022): 73-83.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.
MADRES de la Plaza de Mayo – Los caminos de la plaza (1975-1977), Sebastian Mignogna (direção geral), Canal Encuentro (Argentina), Youtube, 2015.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **História, historiografia e pesquisa em educação histórica.** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 17-33, mar./abr. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. "Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos." **História em revista** 10 (2004).

PADRÓS, Enrique Serra. "**Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional.**" *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os* 50 (2014): 13-36.

PADRÓS, Enrique Serra. "**Usos da memória e do esquecimento na História.**" *Letras* 22 (2001): 79-95.

PAULA, Adriana das Graças de. "**Os movimentos de mulheres na ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o movimento Feminino pela anistia (Brasil).**" *II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA*, 2º (2016): 1-11.

PIRES, Eloiza Gurgel. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 281-295, jan./abr. 2010.

PISARELLO, Maria Virginia. **Historiando memórias, Historia y literatura testimonial frente a la última ditadura militar argentina.** IN: BRESCIANO, Juan Andrés (Org.). *El tempo presente como campo historiográfico.* Ediciones Cruz del Sur. Uruguay, 2010.

PONZIO, Maria Fernanda Garbero de Aragão. **A praça da memória: o cenário das Madres de Plaza de Mayo.** UERJ, 2018.

QUADRAT, Samantha Viz. **Aparição com vida: as Madres de Plaza de Mayo e a luta por justiça.** *Gênero*. Niterói, v. 3, n. 1, p. 111-122, 2. sem. 2022.

QUEIROZ, Fábio José de. **As inúmeras faces da violência ditatorial na América Latina nos anos 1960 e 1970.** *Revista Dialectus*. Ano 2, n. 7, Setembro – Dezembro 2015, p. 108-130.

RIBEIRO, Heloísa Cristina. **A ditadura militar na Argentina (1976-1983): o aparato repressivo e a justiça de transição.** (2021) *Humanidades Em diálogo*, 10, 100-115.

RODRÍGUEZ, V. S. (2012). Movimientos sociales, territorio e identidade: El movimiento de Madres y Abuelas de Plaza de Mayo. **Geograficando**, 8 (8), 213-232. Em *Memoria Académica*. Disponible em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5493.pdf

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**. 2005.

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **EDOS**, Num. 8, vol. 3, Janeiro – Junho 2011.

TERRIAULT, Leslie. **Motherhood for Peace: The Mothers of the Plaza de Mayo.** Diss. University of Alberta, 2023.

Fontes:**Biblioteca Nacional Mariano Moreno**

BMNN. Testimonio de María del Rosario Carballeda de Cerruti [videgrabación]. 2012.

Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42190?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000012&format=999.

BNMM. Lidia Stella Mercedes “Taty” Miy Uranga de Almeida [videgrabación]. 2012.

Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42187?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000011&format=999.

BNMM. Testimonio de Aurora María Zucco de Bellocchio [videgrabación]. 2012.

Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42213?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000020&format=999.

BNMM. Testimonio de Aurora Morea de Pedrini [videgrabación]. 2012. Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42205?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000017&format=999.

BNMM. Testimonio de Carmen Aguilar de Lapacó [videgrabación]. 2013. Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/NFA32A6C3QPRULRN26LXPTCYVNS5KBLL4PD4RSTGPV RBPMJ8HU-19925?func=full-set-set&set_number=002031&set_entry=000006&format=999.

BNMM. Testimonio de Elia Espen [videgrabación]. 2012. Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42199?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000015&format=999.

BNMM. Testimonio de Josefina “Pepa” García de Noia [videgrabación]. 2012. Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42202?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000016&format=999.

BNMM. Testimonio de Marta Ocampo de Vásquez [videgrabación]. 2012. Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42210?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000019&format=999.

BNMM. Testimonio de Mirta Acuña de Baravalle [videgrabación]. 2012. Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-41137?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000010&format=999.

BNMM. Testimonio de Nora Morales de Cortiñas [videgrabación]. 2012. Disponível em:

https://catalogo.bn.gov.ar/F/XSYBH7N7T622FS6VHAST9DUMXPVUBV4UYXVT7G8LYS95C93KJ1-42196?func=full-set-set&set_number=003320&set_entry=000014&format=999.

Lista de ilustrações:

Imagem 1: “A marcha das Madres na Praça de Maio em 1981”. Autor: Carlos Villoldo. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-argentina-maes-praca-maio/>. Acesso: 04/12/2024.

Imagem 2: “Madre e hija”, 1982. Autora: Adriana Lestido. Disponível em: http://www.adrianalestido.com.ar/es/madre_hija_plaza_de_mayo.php. Acesso em: 06/12/2024.

Imagem 3: “Marcha de Madres de Plaza de Mayo”. Autor: Daniel García. Disponível em: <https://indice.memoriaabierta.org.ar/item/34619>. Acesso em: 05/12/2024.